

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DE OFICINAS PEDAGÓGICA

Área temática: Educação

OLIVEIRA, Márcia Paiva de (Orientadora);

OLIVEIRA, José Pereira de (Colaborador);

PEREIRA, Edjamábia Alves (Colaborador);

SILVA, Liliane Cunha da (Bolsista);

VASCONCELOS, Priscila Silva Cabral de (Colaborador).

Centro de Educação/Departamento de Psicopedagogia/PROBEX

RESUMO

Este artigo trata de uma experiência extensionista desenvolvida por um grupo de extensão do Departamento de Psicopedagogia da UFPB/CE, que tem como foco de atuação a formação continuada de professores do Ensino Fundamental dos municípios de Cabedelo e Caaporã, no tocante ao processo inclusivo de alunos com deficiência, especialmente no que tange a ressignificação dos saberes e fazeres da escola inclusiva e de seu currículo. Buscando consolidar bases para a construção e estruturação de uma escola acolhedora, almejando a proposta de educação como direitos de todos os cidadãos, esse grupo vem desenvolvendo estudos e vivências nessa área. Conscientes da importância do papel das Universidades no tocante ao fomento de ações que contribuam para o desenvolvimento de práticas sociais e institucionais inclusivas, o grupo se propõe em constituir-se em um espaço para produção da extensão, voltada para as problemáticas vivenciadas pelos professores que trabalham com alunos com deficiência, promovendo desta forma, a aproximação da comunidade local e da escola com a universidade. A metodologia usada no projeto é a realização de oficinas pedagógicas atreladas à concepção teórico-prática da educação inclusiva, buscando na Psicopedagogia, na Pedagogia, na Psicologia e na Arte elementos enriquecedores da prática enquanto grupo extensionista. Com o trabalho desenvolvido, espera-se trazer contribuições significativas para melhorar a dinâmica da educação inclusiva no âmbito das escolas públicas dos municípios atendidos.

Palavras-chave: Formação de professores. Inclusão escolar. Deficiência.

INTRODUÇÃO

Esse texto relata a experiência acadêmica de um grupo de extensão, que tem como foco de atuação a formação continuada de professores do Ensino Fundamental, no tocante ao processo inclusivo de alunos com deficiência. A atuação do grupo visa à ressignificação do currículo, no sentido da adaptação às especificidades de cada deficiência. Buscando consolidar bases para a construção e/ou estruturação de uma escola inclusiva, almejando a proposta de educação como direito de todos os cidadãos, inclusive os indivíduos com deficiência. Para isso, faz-se necessário promover oportunidades de reflexões e vivências aos professores da educação básica, mais precisamente do ensino fundamental, visando subsidiar esses docentes para melhorar as suas práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva.

Conscientes do papel das universidades no tocante ao fomento de ações que contribuam para o desenvolvimento de práticas sociais inclusivas, o Departamento de Psicopedagogia da UFPB no Campus I, se propõe em constituir-se em um espaço para produção da extensão, voltadas para a problemática vivenciada pelos educadores que trabalham com alunos com deficiência.

Nesse sentido, consideramos de fundamental importância a participação dos alunos de graduação em Psicopedagogia no desenvolvimento desse projeto, por ser a extensão universitária uma possibilidade de formação e auto formação dos discentes, que nesse caso específico trabalharão profissionalmente com a instituição escolar dentro de uma perspectiva inclusiva. Para o desenvolvimento das ações dessa extensão, contamos com a colaboração de 01 aluna bolsista e 11 alunos colaboradores do curso mencionado, 01 aluno colaborador do curso de Pedagogia e 01 aluno colaborador do curso de Letras, sob a coordenação da professora. Portanto, esse trabalho de extensão desenvolvido pelo grupo tem duplo objetivo de formação: a formação profissional dos alunos do curso de graduação em Psicopedagogia e a formação continuada de professores do ensino fundamental de escolas públicas.

Portanto, esse grupo trabalha no sentido de promover e estimular a aproximação da comunidade local e da escola de ensino fundamental com a universidade. Pois, essa troca é benéfica a todos os envolvidos: A escola que se apropria dos ambientes educacionais acadêmicos e consegue se fortalecer através da preparação dos seus docentes; a Universidade, quando não se fecha à sociedade a sua volta, mas, ao contrário, se integra a ela de forma mais atuante, nesse sentido, a Universidade tende a fortalecer a formação dos seus discentes, através de ações extensionistas, as quais favorecem a apropriação da prática profissional pelos alunos. Pois, a Universidade que não se faz sensível às demandas e às aspirações da sociedade na qual está inserida, terá que reformular as suas práticas e concepções, para responder a tais demandas, passando a formar cidadãos capazes de interferir na realidade posta, e não somente a formação profissional especialista.

Com esse trabalho, cumpre-se o preceito da ligação intrínseca entre a extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza extensionista da proposta, que nesse caso específico, busca-se a construção dos conhecimentos dentro das perspectivas da educação inclusiva, não só no sentido teórico, mas nos pressupostos práticos a eles atrelados.

A escolha de priorizar a temática inclusão e seus saberes e fazeres práticos se deu em virtude da problemática e das discussões geradas nos contextos escolares e acadêmicos acerca

da falta de preparação de professores e educadores em geral para lidar com essa nova escola inclusiva. É consenso que este é um assunto que está gerando muitas discussões e opiniões divergentes. No embate das idéias entre pessoas interessadas, tais como, estudiosos, pais, professores, etc. Alguns afirmam que esse tipo de aluno “especial” tem que conviver em um ambiente escolar onde todos têm algum tipo de necessidades educacionais especiais, pois só neste tipo de ensino (educação especial) é que tem professores capacitados para trabalhar com esse tipo de aluno; por outro lado, estão aqueles que defendem a idéia de que esses alunos têm que ser inseridos no ensino regular, para poder interagir com os alunos ditos normais, e, nesse sentido, defende que essa interação será de grande contribuição para o processo de desenvolvimento da aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Embora a inclusão seja um tema muito discutido no momento histórico, há ainda muitas controvérsias sobre o assunto, especialmente quando se trata de inclusão escolar de alunos com deficiência. Para alguns, é um processo inevitável que já vem se consolidando na esfera das instituições escolares brasileiras e de todo o mundo. Para outros, é um grande desafio, que no caso brasileiro está longe de se efetivar a contento, apesar da legislação que ampara a matéria.

Contudo, a inclusão escolar no contexto desse grupo de extensão tem foco preciso: pensamos a inclusão não só como um direito de cidadania, mas como a oportunidade de desenvolvimento da pessoa com deficiência. Encontramos uma definição adequada ao nosso pensamento nas palavras de Stainback e Stainback (1999, p.21 e 25),

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. [...] O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educativas apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas, das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços dos quais necessitam, mas em ambiente integrado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades.

Contudo, em muitos contextos escolares a inclusão se dá só por força da lei. Não havendo a preocupação efetiva com a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos, apesar da Convenção da Guatemala alertar que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (CONVENÇÃO DA GUATEMALA, 1999).

Outras instâncias defensoras da educação como direito de todos tiveram lugar em âmbito internacional, como a Conferência Mundial sobre Educação em Jomtien na Tailândia; A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca na Espanha.

Muito se vem falando e discutindo a respeito dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência. Porém, percebe-se que esses cidadãos têm encontrado grandes obstáculos para a sua aceitação e participação na sociedade e não seria diferente com relação à escola. As barreiras intransponíveis das construções escolares, falta de formação e informação de professores e, acima de tudo, o preconceito, que ainda tem delegado a estes cidadãos papéis e posições muito aquém de suas potencialidades.

A inclusão dos alunos com deficiências requer novas posturas e aprendizagens, tanto por parte dos professores e educadores da escola, quanto do sistema educacional brasileiro. Outro fator importante é que este processo de aprendizagem requer a reciprocidade das experiências entre o aluno com deficiência, o professor e os demais alunos da sala de aula e/ou da escola. Pois, não é só na sala de aula, mas na escola como um todo, que se constroem as tocas que vão favorecer o desenvolvimento global dos aprendentes com deficiência e, portanto, com necessidades educativas especiais. Pois, no processo de aprendizagem onde todos participam, a aquisição do conhecimento ocorrerá com mais facilidade.

É fato que as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças especiais no ensino regular da educação básica. Com a LBD, (lei e diretrizes de base da educação), isso ficou respaldado legalmente e posteriormente outras normatizações legais sugeriram especificamente com esse fim.

Entretanto, o processo de inclusão escolar gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, não só no tocante à acessibilidade, mas no seu currículo e na sua proposta pedagógica. Portanto, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino e de escola, necessitando de mudanças de posturas de conduta e pedagógica dos seus integrantes.

Toda esta discussão teórica nos leva a algumas reflexões: estará o professor de ensino regular da rede pública de ensino preparado para trabalhar com essa nova realidade da educação inclusiva? Estará este ambiente escolar com condições para receber estes alunos que tem necessidades educacionais especiais? Estará o currículo das escolas aberto à ressignificações e adaptação em função dessa nova demanda? E como deverá ser a formação inicial e continuada dos professores para suprir as necessidades educacionais destes alunos

com deficiência? Que apoio adicional, tanto humano como material, os professores necessitam para trabalhar bem em uma perspectiva inclusiva?

Foi por meio de questionamentos como este que surge o objetivo fundamental do nosso projeto de extensão, que é o de propiciar momentos de reflexão em oficinas pedagógicas no tocante à prática inclusiva, e como já foi dito anteriormente, levantar as principais dificuldades e facilidades do professor nesta nova concepção de educação, buscando ampliar as competências para a prática pedagógica inclusiva.

As nossas oficinas vem acontecendo nos dois municípios atendidos no espaço físico cedido pela Secretaria de Educação. Em cada município atendemos aproximadamente cerca de sessenta professores da rede pública de ensino. O tema central dessas oficinas gira em torno da construção da escola inclusiva, da sensibilização da comunidade escolar para o acolhimento e convivência com o indivíduo com deficiência, tendo como facilitadoras as professoras Márcia Paiva de Oliveira, além de outros professores do departamento de Psicopedagogia.

CONCLUSÃO

A extensão proposta é via de interação entre universidade e sociedade, uma vez que beneficiará escola, professores e principalmente alunos com deficiência e portanto com necessidades educativas especiais. Bem como, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar as teorias das áreas já mencionadas e prática pedagógica dos professores.

Nas situações já vivenciadas nas oficinas pedagógicas realizadas pudemos sentir as problemáticas decorrentes do processo inclusivo existente, veiculados pelos educadores participantes do programa de formação continuada. Algumas alternativas foram analisadas à luz da teoria e pressupostos práticos sugeridos e vivenciados simuladamente.

Uma das dificuldades mais recorrentes colocadas pelos educadores foi a adaptação curricular para viabilizar o trabalho educativo com alunos deficientes, especialmente se considerado as múltiplas deficiências existentes na escola.

Foi consenso nas colocações dos educadores em processo de formação continuada que a escola inclusiva é atualmente o caminho mais viável para a construção da cidadania e participação social de todos os cidadãos de direitos. A escola inclusiva respeita a diversidade inerente à espécie humana. Outro fator também colocado pelos participantes é a necessidade de se buscar perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os alunos, independente de suas deficiências ou diferenças.

Portanto, a ideia de inclusão ultrapassa a dimensão das pessoas com deficiência e inclui todos aqueles que sofrem processos de exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Convenção da Guatemala**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.